



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2706 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

A DUALIDADE PRESENTE NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NUMA PERSPECTIVA DE EXCLUSÃO SOCIAL
Luana Pereira da Costa - PUC/SP PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A DUALIDADE PRESENTE NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO NUMA PERSPECTIVA DE EXCLUSÃO SOCIAL

RESUMO

Ao abordar o fracasso escolar e a exclusão social, partimos de pressupostos históricos desde a universalização da educação básica, fazendo uso de indicadores sociais que trazem subsídios para analisar a forma como tem acontecido a garantia ao acesso e a permanência na escola e os padrões de qualidade obtidos pós esta democratização. Indagamos sobre o papel cumprido por esta, vez que a quantidade de pessoas classificadas como analfabetas funcionais alcança atualmente 27 % da população investigada e revela, à manutenção dos resultados obtidos em 2011 no INAF Brasil. Assim, nos deleitamos sobre algumas linhas conceituais que norteiam e permeiam a prática escolar na tentativa de responder ao fracasso, finalizando este estudo estabelecendo um paralelo entre a subjetividade do fracasso advindo de um processo de escolarização frágil e as consequências sociais colhidas através dele. Sob este prisma a escola acaba por ser determinada e determinante na construção do desenvolvimento social do sujeito, pois precariza sua existência, reduzindo-os a objetos de domínio. Esta prerrogativa justifica a afirmativa que, apenas o acesso universal a escola não é suficiente garantir uma equidade de direitos.

INTRODUÇÃO

O Brasil, por meio da reforma educacional implantada pela nova LDB/96, reflete a centralidade da educação, concebendo-a como uma esfera importante para que o País possa sair do atraso cultural no qual se encontra e adquirir condições de competitividade no cenário mundial. Outrossim, também a Constituição Federal de 1988, art. 205 descreve que é necessário haver igualdade entre os indivíduos e preparação destes para a vida de forma íntegra, sendo a educação direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. ((BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 137).

Os indicadores de qualidade da educação principalmente da educação básica são preocupantes e se explicitam de forma retórica no contexto de todos os envolvidos nas diversas instancias do processo, econômicas, sociais e educacionais. Isso, pois a garantia do acesso a escola pública não é sinônimo de oportunidades educativas. Os mesmos indicadores sociais demonstram através de números, que o modelo educacional presente na escola atual tem irradiado diversos outros fatores e que a falta de conhecimento formal, sistematizado, impede sim que o indivíduo desenvolva-se plenamente.

A problemática percebida momento concerne em analisar que o objetivo de democratizar a escola pública, não tem alcançado aquele que deveria ser seu condicionante maior. Todos passam pela escola, mais poucos são os que adquirem conhecimento a ponto de serem transformados por estes. Em alguns dados especificados neste percurso, é

notável que 27% da população entrevistada “concluiu” seu processo de escolarização. Contudo, fazem parte dos considerados analfabetos funcionais. Este grupo é constituído de pessoas que leem e ainda assim demonstram dificuldades em se expressar através da escrita, tornando-se ocupantes das vagas de subempregos, vivendo na informalidade e se submetendo à condicionantes de trabalho muito desfavorecidas, a mercê do Estado e seus projetos sociais. Isso, pois o fracasso escolar em suas mais diversas variantes tem incidência direta nas formas de exclusão social predominante em nossa sociedade e na manutenção desta. (FREIRE, 2000, p.57)

O ACESSO DEMOCRÁTICO À ESCOLA E A QUALIDADE DESSA UNIVERSALIZAÇÃO

A universalização do ensino básico no Brasil é algo recente, para Oliveira (2007) parte desta expansão pode ser observada mais propriamente no fim do século XX, onde a falta de vagas em escolas passa a ser superada e precede um avanço ao acesso a escola por todos os níveis, uma vez que a falta de vagas foi durante tempos o principal agente de exclusão. Partindo do preceito de uma escola aberta a todos, universal, subentende-se que a “exclusão” fosse um conceito superado. Porém, a garantia ao acesso nunca foi a única medida necessária para escolarizar e formar pessoas, far-se-ia necessário que não só a escola, como também o currículo ofertado fossem de qualidade emancipatória:

Além do atendimento à demanda por mais educação, debatemos-nos com a tensão entre o direito à educação de qualidade para amplos contingentes da população ou sua negação, o que pode tornar inócua a democratização do acesso, quer seja por sua distribuição diferenciada, quer seja por, e também, relegar a qualidade a nichos de privilégio no interior do sistema educacional. (OLIVEIRA, 2007, p.666)

Como aponta Soares (1989), o conceito de exclusão escolar considera apenas os sujeitos que esta fora deste contexto e ou que não participaram do processo de escolarização em período considerado ideal para a aprendizagem, outrossim também daqueles que encontram-se matriculados e não logram êxito em sua trajetória escolar. O desafio de superação de uma escola excludente para a ampla maioria da população brasileira, toma paralelos diferentes e permeados de dicotomias: segundo Lima (2012) de uma exclusão da escola, para a exclusão na escola. Como também afirma Oliveira,

Os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado. Setores mais pobres reprovam mais, evadem mais, concluem menos, o mesmo ocorre com negros e meninos, mas, mais importante que isso, aprovam mais, permanecem mais e concluem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional, ainda que permaneçam como os setores mais excluídos. Só que não são excluídos da mesma maneira que no passado! O ponto é que, se não se enfatizar a positividade que a universalização do ensino fundamental representa, não conseguiremos compreender porque os desafios passam a ser outros. Ao se enfatizar a exclusão de sempre, não se tem elementos para perceber que ela já não é a mesma de duas ou três décadas. A primeira consequência disso é a notável expansão do ensino médio. (OLIVEIRA 2007, P.682)

Se por um prisma temos o relevante aspecto histórico da universalização da escola pública sendo atenuado, por outro, os números alarmantes das mais diferentes pesquisas são preocupantes, no que tange a qualidade da educação ofertada em nossas escolas. Segundo dados do Ideb/Inep (2015), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira, hoje responsável pelo Censo Escolar, divulgou em 2015 os seguintes dados: Em Língua Portuguesa 2.438.249 alunos avaliados, apenas 1.225.082 demonstraram aprendizado adequado, ou seja, apenas 51% dos alunos de 5º ano. Ainda em matemática no 5º ano, dos 787.739 alunos, 105.622 demonstraram o aprendizado adequado, ou seja, apenas 13% dos alunos. Na Bahia é um dos estados com menor proficiência de aprendizagem, apenas 29% de todos os alunos matriculados na rede municipal de Ensino alcançou índices considerados adequados de aprendizagem. Sendo que na disciplina de matemática este índice ficou em 25%. Nos estados como Goiás e Rio Grande do Sul, demonstram uma queda de 3 pontos no índice de aprendizagem avaliado em 2013 e novamente em 2015. Demonstrando retrocesso nos níveis de aprendizagem perseguidos por estes estados é que de ao menos 70% até 2022. O termo aprendizado adequado, existente nos índices demonstrados pelo Inep e utilizados aqui, devem-se a um conceito próprio utilizado para a avaliação da Prova Brasil, onde o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala SAEB. (INEP, 2015)

Os resultados indicam que dos 27% das pessoas que foram classificadas como analfabetas funcionais, apenas 4% corresponde ao grupo de pessoas consideradas analfabetas, já que não conseguem realizar tarefas simples que

envolvam leitura. A pesquisa retrata que poder-se ia afirmar que a quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos nessa condição se mantém estável na comparação com os resultados obtidos em 2011 na última edição do INAF Brasil. Do mesmo modo, a quantidade de pessoas classificadas como alfabetizadas funcionalmente alcança 73% da população investigada, o que também revela a manutenção do resultado obtido em 2011 no INAF Brasil.

Os números gritam e refletem a realidade alfabética de pessoas que já não mais estão inserida na escola, porém que passaram por ela. Cerne este, que Lima (2012) suscita e indaga o papel formador da escola ou um desserviço prestado por esta, pois produz e insere na sociedade indivíduos supostamente alfabetizados.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO FRACASSO ESCOLAR

Discutir o de acesso e permanência a escola pública deixou de ser suficiente. Partimos do pressuposto que o serviço ofertado por esta escola precisa ter critérios de qualidade satisfatórios de aprendizagem. O fracasso escolar, conceito usado de maneira genérica segundo Charlot (2000), pois trata-se de um objeto de pesquisa restrito, que acaba por suscitar uma diversidade de outras temáticas que se auto relacionam, mas não definem o fracasso escolar que nesta conjuntura acaba por receber diversos sinônimos como se tratassem do mesmo assunto. Na busca por autores que conceituem o fracasso de modo minucioso sobre uma perspectiva histórica que permeie os dias atuais, encontramos Patto (1992), que na vertente de materialismo dialético de modo prelúdio inaugura uma ampla discussão sobre os ensejos e características do que poderia vir a definir como fracasso escolar. Nesta descrição do tema feita por Patto (1992), relata que uma dos primeiros moldes do fracasso passou a ser definido e ampliado para a educação, foi percebido entre os médicos e negros, no século XIX, isso pois, influenciados pelo darwinismo social, que buscava produzir provas sobre a inferioridade dos pobres e dos não brancos. Essa linha de pensamento, pressupõem que em uma sociedade aberta, onde a mesmas oportunidades são ofertadas a todos, vencem os mais preparados. Este discurso passou a ser usado também pela escola á partir de sua democratização, um discurso pautado na meritocracia, cujos conceitos de igualdade e equidade são tratados como sinônimos.

Já no século XX, o termo fracasso escolar recebe-se a contribuição da Psicologia Diferencial, uma das vertentes da psicologia, que Segundo Patto (1992), fundamenta-se no estudo do comportamento humano, a compreensão dos processos mentais na busca de causas, compreensão e as consequências das diferenças psicológicas entre os indivíduos. Assim, explicava o fracasso através das diferenças individuais de cada sujeito, podendo esta diferença ser física ou intelectual, neurológica e emocional.

À partir da década de 70, Patto (1997) descreve que nasce uma nova projeção do fracasso, uma teoria que ficou conhecida como Carência Cultural, isso pois, retirou do indivíduo toda a responsabilidade pelo seu insucesso e transferiu este para a família e para a sua condição precarizada de vida. O fracasso do aluno na escola advinha da sua carência de cultura, ou seja, da falta de cultura proveniente do ambiente em que este vivia, retratando que as crianças pobres tinham dificuldade de aprendizagem, por terem menos cultura do que as crianças ricas.

A crença nesta teoria é justificada pela ideia de que os fatores sócio-culturais, influenciam diretamente nas características físicas, emocionais e cognitivas de cada indivíduo, inferindo diretamente em sua capacidade de aprender. Essa teoria agravou o “aprofundamento da má qualidade da escola que se oferece as camadas mais populares da população, uma vez que justificava-se um barateamento do ensino ofertado a estes, em decorrência da falta de capacidade que os mesmos teriam para aprender. Nesta perspectiva, estado, escola e sociedade servem a um grupo interessado em manter sua hegemonia. Utilizando-se também da escola para excluir as camadas mais pobres, garantindo então o acesso, a permanência mas não a qualidade educacional necessária para que os indivíduos que passam por esta escola sejam capazes de intervir ativamente na sociedade. Desse modo, passam pela instituição escolar, sem serem emancipados por ela. (PATTO, 1996)

Para, Carraher, Carraher, & Schliemann (1982, p. 86), o fracasso escolar atualmente é percebido como um “fracasso da escola”, uma vez que esta mostra-se, desprovida de compreensão da real capacidade do aluno para o aprendizado, sendo um abismo para as instituições estabelecer um paralelo entre o conhecimento cultural trazido pelo aluno e o conhecimento prático e curricular a ser ofertado pela escola, trazendo significado a estas experiências.

A DUALIDADE DOS PROCESSOS EDUCATIVOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Pensar nas funções da escola enquanto instituição social é de fato posicionar-se de modo político e até ideológico. Na teoria da Escola Dualista, Baudelot e Establet, descrevem uma escola subdividida em proletariado e burguesia, o que contrapõem o ideário de uma escola impar para todas as camadas sociais. Desse modo, a classe mais vulnerável jamais teria acesso a escola frequentada pela burguesia. Sem esse acesso, o proletariado não teria condições de elaborar uma

nova ideologia de pensamento, sendo reduzidos e condicionados a permanecer a mercê da ideologia pensada pelos dominantes e permanecer dominado por ela. Sob esse condicionante a função da escola seria a de;

Impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária. Para isso ela é organizada pela burguesia como aparelho separado da produção. Conseqüentemente, não cabe dizer que a escola qualifica diferentemente o trabalho intelectual e o trabalho manual. Cabe, isto sim, dizer que ela qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual, sujeitando o proletariado a ideologia burguesa só num disfarce de pequeno burguês. (SAVIANI, 2008, p.23)

Para Possamai (2014), a escola sob esta perspectiva tem deixado de ser uma possibilidade para marginalizar duplamente os sujeitos, atendendo apenas a uma necessidade capitalista, formar mão de obra para as novas exigências mercadológicas. Também para Dubet (2003), a oferta escolar não é homogênea e não produz sempre o mesmo desempenho, que definida pelo reforço dos processos sociais de exclusão aumentam as desigualdades e o desemprego daqueles que não foram alcançados pela escola. Para o marxismo a escola presente numa sociedade dividida em classes, é uma reprodutora social e as diferenças feitas pela escola e na escola tornam-se apenas um prefácio daquilo que será vivido pelo indivíduo quando encontra-se fora dela, estrutura social promotora de exclusão, vez que para uns o desemprego entre os jovens advém da dualidade presente entre formação e emprego. (SAVIANI, 1980 2013, p. 3-4)

Desse modo, cabe a escola e a toda a sociedade civil buscar por processos educativos que mantenham um forte compromisso com a mudança social e se contraponham as todas as políticas e orientações pedagógicas que estão vigentes e se constituem num aparelho de manutenção e continuidade de desigualdades. Pois, para compreender o fracasso e suas implicações é necessário recorrer as diferentes formas de desigualdades que não se assemelham somente a miséria e a pobreza, pois os moldes de desigualdade se modificaram ao longo da história podendo também ser culturais, históricas e graduais, onde segundo Spózi (2000, p. 26) são um fenômeno processual com diversas interpretações que se modificam conforme o espaço e o lugar. Sob este prisma, o excluído não é apenas o sujeito sem renda , as relações de exclusão promovidas através de um processo de escolarização desprovido de significância alcançam outros patamares e potencializam unicamente sobre o sujeito as prerrogativas de seu insucesso.

Em uma perspectiva reducionista, o pensamento neoliberal afirma a educação como fundamental, mas a considera responsabilidade do indivíduo e de sua família, descartando as condições objetivas de acesso a esse processo. A qualificação individual, o aprendizado e a educação aparecem nesse pensamento como a "tábua de salvação" de todos os problemas. É como se um sujeito com formação e anos de estudo estivesse livre, por exemplo, do processo de reestruturação e de redução dos postos de trabalho. Dessa forma, a responsabilidade sai do Estado, do modelo econômico adotado, e passa a ser do indivíduo. (SPOZATI, 2000, p. 29)

Isso, pois as políticas para a educação desenvolvidas e idealizadas para o Brasil, referenciadas pela ONU e Banco Mundial, embora tenham um discurso de acesso e permanência democráticos, em nada valorizam o a convivência na diversidade e incitam padrões de individualidade e competitividade, cujo os mais vulneráveis dificilmente alcançarão. Como tão bem descrito por Freire, "numa sociedade cuja demanda prevê a dominação de consciências a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes". (FREIRE, 1996, p. 7)

A uma escola crítica cabe a tarefa de emancipar os sujeitos que por ela passam e conceder a estes oportunidades cujo somente o conhecimento podem lhe permitir acessar.

CONCLUSÃO

O interesse na educação nos move na busca por responder aos questionamentos advindos da prática escolar e do fazer pedagógico, nos debruçamos aos fatores que remetem a responder se por sua vez, a escola mesmo não sendo

uma garantia de ascensão social, consegue atingi-los com padrões mínimos e críticos de qualidade, tornando-o indivíduo capaz de compreender o mundo, a sociedade que os cerca e agir sobre este.

Contudo a análise dos números verídicos aqui citados nos leva a diagnosticar que, a problemática enfrentada é ainda mais complexa que parece. De fato, a escola tornou-se acessível, porém não tem padrões de qualidade definidos e enrijecidos. Os incentivos promovidos para a aprendizagem parecem não ser suficientes para alcançar o aluno, cujo, concluiu sua trajetória pela educação básica, sem condições eficazes de fazer uso posterior deste saber.

Por fim, concluímos que a escola é determinada e determinante na construção do desenvolvimento social esperado. Desse modo, não há como não notar que a falta de uma instituição escolar ativa, com objetivos claros, ciente de sua responsabilidade, exclui ainda mais seus indivíduos e precariza sua existência, reduzindo-os a objetos de domínio de uma classe dominante que pretende ainda mais poder.

BIBLIOGRAFIA

CARRAHER, T. N., CARRAHER, D. W., & SCHLIEMANN, A. D. (1982). **Na vida dez, na escola zero: Os contextos culturais da aprendizagem de matemática**. Cadernos de Pesquisa, 42, 79-86.

CHARLOT, B. (2000). **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **À L'école: sociologie de l'expérience scolaire**. Paris: Seuil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

INAF. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. Instituto Montenegro. São Paulo. (2016)

INEP (2000) **Mapa do analfabetismo brasileiro**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. Acesso em 15/08/2017, de <http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo>

LIMA, Margareth Brainer de Queiroz. **Ensino de leitura e de escrita para crianças em processo de alfabetização: saberes e práticas docentes**. disponível em >
http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/BRAINER_Margareth_TESE.pdf> acesso em 09/05/2017

OLIVEIRA, R. P. de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007 Disponível em .acessos em 23 dez. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300003>.

PATTO, M. H. S. **A família pobre e a escola pública: Anotações sobre um desencontro**. *Psicologia USP*, 1997.

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar, histórias de submissão e rebeldia. 2ª edição**. SÃO PAULO. CASA DO PSICÓLOGO, 1996

SETÚBAL, M. **Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 228, p. 345-366, maio/ago. 2010.

SPOZATI, A. **Exclusão Escolar e Fracasso Escolar: O que pensam outros especialistas**. São Paulo, Educ. (2000)

SOARES, J. F.. **Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos no ensino fundamental**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 130, 2007. p. 135-160

TFOUNI, L. V, PAULA, F. S. (2009) **A persistência do fracasso escolar: desigualdade e ideologia** Disponível em >
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200012> Acesso em 22/07/2017

SAVIANI, Dermeval. **ESCOLA e democracia**. 40.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

POSSAMAI, Fontana, Clarívia (2014) **A função da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórico-crítica**. Disponível em > www.uniedu.sed.sc.gov.br> Acesso em 01/05/2018